



## PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO NEIVA

AV. PRESIDENTE VARGAS, Nº 157, - CENTRO - TEL: (27) 3258-4700 - FAX (27) 3258-4724  
CEP: 29680-000 - JOAO NEIVA - ES - CNPJ: 31.776.479/0001-86

### INSTRUÇÃO NORMATIVA STB Nº 006/2020 – VERSÃO: 01:00

#### DISPÕE SOBRE ORIENTAÇÕES E PROCEDIMENTOS PARA PARCELAMENTO DA DÍVIDA ATIVA.

#### I - FINALIDADE

A presente instrução normativa tem por finalidade disciplinar e normatizar os critérios e procedimentos de parcelamento da Dívida Ativa tributária e fiscal do Município de João Neiva, bem como parcelamento de créditos devidos à Fazenda Pública Municipal decorrentes de indenizações ou restituições de qualquer origem ou modalidade.

#### II - DA ABRANGÊNCIA

Esta instrução normativa abrange a Secretaria Municipal da Fazenda, Procuradoria Municipal, Setores de Protocolo e Tributação.

#### III - CONCEITO

Para os fins desta instrução normativa, considera-se:

1. **Termo de Confissão Dívida** - instrumento jurídico – que pode ser bilateral ou plurilateral – é utilizado para selar um acordo entre credor e devedor.
2. **Processo Administrativo** - é uma série de atos materiais ou jurídicos necessários para instruir, preparar e fundamentar o ato final objetivado pela Administração. Trata-se do conjunto de atos coordenados, que são praticados de forma sequencial para obtenção de uma decisão final no âmbito administrativo.
3. **Processo Judicial** - é o instrumento pelo qual se opera a jurisdição, cujos objetivos são eliminar conflitos e fazer justiça por meio da aplicação da Lei ao caso concreto. Conjunto de atos mediante os quais o órgão jurisdicional atua conforme a vontade das normas constitucionais.
4. **Protesto** - é o ato formal e solene pelo qual se prova a inadimplência e o descumprimento de obrigação originada em títulos e outros documentos de dívida. Somente o Tabelião e seus prepostos designados podem lavrar o protesto. O protesto se destina a duas finalidades: a primeira é a de provar publicamente o atraso do devedor; a segunda função do protesto é resguardar o direito de crédito.

#### IV - DA BASE LEGAL

1. Constituição Federal de 1988;
2. Código Tributário Nacional;
3. Lei de Responsabilidade Fiscal;
4. Lei de Execução Fiscal nº 6.830/80;
5. Lei Federal nº 4.320/1964;
6. Código Tributário Municipal Lei nº 3.203/19;
7. Lei Orgânica Municipal;



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO NEIVA**

AV. PRESIDENTE VARGAS, Nº 157, - CENTRO - TEL: (27) 3258-4700 - FAX (27) 3258-4724  
CEP: 29680-000 - JOAO NEIVA - ES - CNPJ: 31.776.479/0001-86

### **V - RESPONSABILIDADES**

#### **1 – Compete ao Setor de Protocolo:**

**1.1 –** Receber e encaminhar a documentação para formalização do processo administrativo de parcelamento não judicial, de protesto e de débitos em execução judicial.

#### **2 - Compete à Procuradoria Municipal:**

**2.1 -** Receber processo administrativo de parcelamento administrativo de débito em execução judicial para deferimento ou não, via parecer jurídico/despacho, do pedido de parcelamento do crédito tributário ou não tributário.

**2.2 -** Encaminhar processo administrativo de parcelamento de débito em execução judicial para o Setor de Tributação para realizar o parcelamento.

**2.3 -** Receber via de parcelamento administrativo de débito em execução judicial do Setor de Tributação.

#### **3 - Compete ao Setor de Tributação:**

**3.1 -** Receber processo administrativo de parcelamento administrativo de débito em execução judicial, não judicial e protesto.

**3.2 -** Realizar parcelamento administrativo de débito em execução judicial, não judicial e protesto.

**3.3 -** Enviar via de parcelamento judicial à Procuradoria Municipal para controle interno e deliberações junto ao Poder Judiciário.

**3.4 -** Arquivar processo administrativo de parcelamento de Dívida Ativa.

### **VI - DOS PROCEDIMENTOS**

#### **1 - Compete ao Setor de Protocolo**

**1.1 -** Processo Administrativo de parcelamento não judicial:

**a)** receber a documentação devidamente conferida pelo Setor de Tributação para requerimento de parcelamento não judicial.

**b)** encaminhar o processo administrativo de parcelamento ao Setor de Tributação.

**1.2 -** Processo Administrativo de Parcelamento Administrativo de Débito em Execução Judicial:

**a)** receber a documentação devidamente conferida pelo Setor de Tributação para requerimento de parcelamento administrativo de Débito em Execução Judicial.

**b)** encaminhar o processo administrativo de parcelamento ao Setor de Tributação.

#### **2 - Compete à Procuradoria Municipal**

**2.1 -** Processo Administrativo de Parcelamento Administrativo de Débito em Execução Judicial:

**a)** solicitar simulação do parcelamento da dívida do contribuinte ao Setor de Tributação.

**b)** consignar proposta de parcelamento em audiência judicial ou via peticionamento no bojo do processo de execução.





## **PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO NEIVA**

AV. PRESIDENTE VARGAS, Nº 157, - CENTRO - TEL: (27) 3258-4700 - FAX (27) 3258-4724  
CEP: 29680-000 - JOAO NEIVA - ES - CNPJ: 31.776.479/0001-86

**c)** em eventual acordo, inserir cláusula consignando prazo para comparecimento do executado na Prefeitura para efetivação do parcelamento.

**d)** em eventual acordo, inserir cláusula expressa com relação à disposição do Art. 254 do Código Tributário do Município, prevendo a possibilidade de cancelar o parcelamento em caso de inadimplemento de 03 (três) parcelas, a resultar, por via de consequência, no prosseguimento do processo de execução.

**e)** após audiência, encaminhar cópia do acordo judicial firmado ao setor de Tributação para efetivar o parcelamento.

**e.1)** em caso de comparecimento do contribuinte:

- Receber processo administrativo do Setor de Tributação para controle interno e informar ao Poder Judiciário sobre a realização do parcelamento;
- Encaminhar processo administrativo ao Setor de Tributação para arquivamento temporário.

**e.2)** em caso de não comparecimento do contribuinte:

- Encaminhar informações ao Poder Judiciário sobre o eventual descumprimento do parcelamento e consequente prosseguimento da Execução Fiscal.

### **2.2 - Da inadimplência:**

**a)** Em caso de inadimplência de 03 (três) parcelas, circunstância informada pelo setor de tributação, caberá à Procuradoria se manifestar sobre o cancelamento e prestar as informações pertinentes ao Poder Judiciário sobre o descumprimento dos termos do acordo.

**b)** Na hipótese de o devedor procurar o setor de Tributação para repactuar o parcelamento débito, o requerimento do contribuinte será remetido para a Procuradoria para manifestação, considerando os requisitos legais (art. 254 do Código Tributário do Município);

**c)** Deverá a Procuradoria informar ao Poder Judiciário eventual repactuação;

**d)** Quando a Procuradoria opinar pelo cancelamento do parcelamento, o setor de tributação será informado para realizar o cancelamento.

## **3 - Compete ao Setor de Tributação**

### **3.1 – Processo administrativo de parcelamento não judicial:**

**a)** emitir simulação de parcelamento para ser assinado pelo contribuinte, informando a origem dos débitos, o período a que se refere e o número de parcelas pretendidas (o parcelamento poderá ser concedido em até 24 parcelas iguais, não podendo a parcela mínima ser inferior a 1 UPFMJN, conforme art. 252 do Código Tributário do Município).

**b)** anexar ao requerimento:

- no caso de pessoa física, cópia da Carteira de Identidade, do CPF e do comprovante de residência.
- no caso de pessoa jurídica, comprovante de inscrição no CNPJ, cópia dos atos constitutivos, Carteira de Identidade, do CPF do titular ou responsável.
- no caso de requerimento por meio de procuração, anexar o instrumento de mandato.



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO NEIVA**

AV. PRESIDENTE VARGAS, Nº 157, - CENTRO - TEL: (27) 3258-4700 - FAX (27) 3258-4724  
CEP: 29680-000 - JOAO NEIVA - ES - CNPJ: 31.776.479/0001-86

- declaração de posse, instrumento particular de contrato de aquisição, escritura pública de compra e venda, promessa de compra e venda, cessão de direitos aquisitivos ou qualquer outro instrumento probatório de aquisição. Os instrumentos particulares deverão ser assinados por duas testemunhas e devem estar com firma reconhecida em Cartório de Notas e o contribuinte deverá assinar termo de declaração de responsabilidade tributária.
- histórico do contribuinte (Certidão de débitos municipais).
- c) emitir o termo de confissão de dívida a ser assinado pelo requerente.
- d) emitir a primeira parcela para prévio pagamento.
- e) enviar ao setor de protocolo o termo de confissão da dívida juntamente com o comprovante de pagamento da primeira parcela e os documentos solicitados no "item b", para abertura de processo administrativo.
- f) receber o processo administrativo de parcelamento do crédito tributário ou não tributário, inscrito ou não em Dívida Ativa do Setor de Protocolo.
- g) após despacho do pedido de parcelamento pela Procuradoria Municipal, efetivar o parcelamento nos termos do Capítulo III, Seção VI, do Código Tributário Municipal.
- h) arquivar o processo administrativo temporariamente até a quitação ou cancelamento do parcelamento.

### **3.2 – Parcelamento Administrativo de Débito em Execução Judicial:**

- a) emitir simulação do parcelamento, baseado no código tributário municipal, informando quantidade de parcelas permitidas para o referido valor da dívida, que será entregue pelo procurador no ato da audiência.
- b) após audiência, receber do procurador documento constando o acordo judicial para efetivar o parcelamento.
- c) aguardar o contribuinte comparecer ao Setor de Tributação para efetivar o parcelamento.
  - c.1) em caso de comparecimento do contribuinte:
    - c.1.1) anexar ao acordo judicial:
      - no caso de pessoa física, cópia da Carteira de Identidade, do CPF e do comprovante de residência.
      - no caso de pessoa jurídica, comprovante de inscrição no CNPJ, cópia dos atos constitutivos, Carteira de Identidade, do CPF do titular ou responsável.
      - no caso de requerimento por meio de procuração, anexar o instrumento de mandato.
      - declaração de posse, instrumento particular de contrato de aquisição, escritura pública de compra e venda, promessa de compra e venda, cessão de direitos aquisitivos ou qualquer outro instrumento probatório de aquisição. Os instrumentos particulares deverão ser assinados por duas testemunhas e devem estar com firma reconhecida em Cartório de Notas e o contribuinte deverá assinar termo de declaração de responsabilidade tributária.
      - histórico do contribuinte (Certidão de débitos municipais).
    - c.1.2) emitir o termo de confissão de dívida a ser assinado pelo requerente.





## **PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO NEIVA**

AV. PRESIDENTE VARGAS, Nº 157, - CENTRO - TEL: (27) 3258-4700 - FAX (27) 3258-4724  
CEP: 29680-000 - JOAO NEIVA - ES - CNPJ: 31.776.479/0001-86

**c.1.3)** emitir a primeira parcela para prévio pagamento.

**c.1.4)** enviar ao setor de protocolo o termo de confissão da dívida juntamente com o comprovante de pagamento da primeira parcela e os documentos solicitados no "item c.1.1", para abertura de processo administrativo.

**c.1.5)** após despacho do pedido de parcelamento pela Procuradoria Municipal, efetivar o parcelamento nos termos do Capítulo III, Seção VI, do Código Tributário Municipal.

**c.1.6)** encaminhar processo administrativo à Procuradoria Municipal para controle.

**c.1.7)** receber processo administrativo da Procuradoria Municipal para arquivamento temporariamente até a quitação ou cancelamento do parcelamento.

**c.2)** em caso de não comparecimento do contribuinte na Prefeitura no prazo previsto no acordo judicial firmado:

- Encaminhar memorando à Procuradoria Municipal comunicando o não comparecimento do requerente para deliberações junto ao Poder Judiciário.

### **3.3 - Da inadimplência de parcelamento judicial:**

**a)** Informar à Procuradoria, para deliberações dos Procuradores, o descumprimento do adimplemento de 03 (três) parcelas;

**b)** Após manifestação e análise da Procuradoria Municipal, emitir novas guias, acrescido de multa de um (1) UPFMJN, em caso de eventual repactuação, nos termos do art. 254 do Código Tributário do Município;

**c)** Proceder ao cancelamento das parcelas atinentes ao acordo não cumprido, caso a Procuradoria opine pelo cancelamento nos casos de inadimplemento das três parcelas;

### **3.4. Da inadimplência de parcelamento não judicial**

**a)** Verificar de forma periódica eventual inadimplência dos contribuintes que tenham solicitado o parcelamento da dívida;

**b)** Cancelar o parcelamento de ofício, caso se constate o inadimplemento de três (03) parcelas nos termos do art. 254, do Código Tributário Municipal.

**c)** Enviar à Procuradoria, para providências que entender cabíveis, uma lista de controle mensal contendo os parcelamentos cancelados em razão do inadimplemento de três (03) parcelas;

**d)** Proceder à eventual repactuação a pedido do contribuinte/devedor, mediante simulação de novo parcelamento, emitindo novas guias, acrescido da multa de uma (1) UPFMJN, a qual deverá ser paga na quitação da primeira parcela, respeitando também os limites impostos pelo Art. 252, do Código Tributário Municipal, que estabelece a parcela mínima de uma (1) UPFMJN, em até 24 parcelas iguais.



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO NEIVA**

AV. PRESIDENTE VARGAS, Nº 157, - CENTRO - TEL: (27) 3258-4700 - FAX (27) 3258-4724  
CEP: 29680-000 - JOAO NEIVA - ES - CNPJ: 31.776.479/0001-86

### **VII – CONTROLE**

#### **1.1 – Parcelamento não judicial:**

- a) mensalmente, analisar a partir da extração de relatórios do sistema de gestão os inadimplentes de parcelamento;
- b) acompanhar o número de parcelas vencidas, alimentando o mapa de controle de parcelamentos;
- c) acompanhar o prazo estipulado no artigo 254, do Código Tributário Municipal para cancelamento do parcelamento;
- d) após o cancelamento do parcelamento, realizar protestos dos débitos vencidos, inadimplidos e que ainda não foram objeto de execução fiscal.

#### **1.2 – Parcelamento Judicial:**

- a) acompanhar o prazo consignado no acordo judicial para comparecimento do executado na Prefeitura para efetivação do parcelamento. Não tendo o Executado comparecido na Prefeitura, cabe ao Setor de Tributação remeter os autos para que o Procurador responsável opine quanto ao cancelamento do acordo de parcelamento e preste as informações necessárias ao Poder Judiciário;
- b) instruir o processo administrativo com a cópia do acordo judicial firmado, fazendo o Setor de Tributação o controle das cópias dos eventuais acordos judiciais firmados encaminhados pela Procuradoria;
- c) após remetidos os autos ao Setor de Tributação para arquivamento temporário, cabe ao Setor, mensalmente, analisar a partir da extração de relatórios do sistema de gestão, os inadimplentes de parcelamento;
- d) acompanhar o número de parcelas vencidas, alimentando o mapa de controle de parcelamentos;
- e) acompanhar o prazo estipulado no artigo 254, do Código Tributário Municipal para cancelamento do parcelamento;
- f) em caso de inadimplência de 3 (três) parcelas, consecutivas ou não, o Setor de Tributação informará tal circunstância à Procuradoria, remetendo-lhe os autos para que o Procurador responsável opine quanto ao cancelamento do acordo de parcelamento e preste as informações necessárias ao Poder Judiciário.

### **VIII - CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Esta instrução entra em vigor a partir da data de sua publicação.

João Neiva – ES, 20 de novembro de 2020.

  
**Erlon Coutinho Pereira**

Secretário Municipal Da Fazenda - Decreto nº 6113/2017

  
**Wenderson Antônio da Silva Fávaro**

Controlador Geral do Município - Decreto nº 7.427/2020